

Variação na escrita escolar: discurso, relação de poder e interação

Jadione Cordeiro de Almeida (Mestrando – UEFS/CAPES)

Josane Moreira de Oliveira (UEFS)

RESUMO: Este trabalho, considerando a relação entre áreas indiretamente ligadas ao estudo da língua, como a Sociologia e a Filosofia, e algumas das disciplinas que têm, de alguma forma, a língua como objeto (ou “suporte”) de estudo, como a Análise (Crítica) do Discurso e a Sociolinguística Interacional, busca relacionar comportamento linguístico, discurso, relação de poder ou interação para tratar de variáveis comuns, sobretudo, aos estudos sociolinguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística; Discurso; Poder; Interação.

ABSTRACT: This work, considering the relationship between areas indirectly related to the study of language, such as sociology and philosophy, and some of the disciplines that have, somehow, the language as an object (or "support") of study, such as the (Critical) Analysis of Discourse and Interactional Sociolinguistics, seeks to relate linguistic behavior, speech, balance of power or interaction to treat common variables, especially in sociolinguistic studies.

KEY-WORDS: Linguistic Variation; Discourse; Power; Interaction.

Introdução

Este trabalho surgiu da necessidade de observar a variação linguística com um olhar multifacetado, uma vez que as disciplinas na contemporaneidade não devem ser concebidas como estanques, mas como complementares. Neste sentido, é perceptível a relação entre discurso, poder, interação e variação linguística.

O *corpus* em análise é composto por cartas escritas por alunos a colegas de mesma sala e ao diretor de um *campus* universitário. Essa amostra possibilitou identificar elementos que fazem parte da materialidade do texto, um discurso (in)formal ou misto, numa tentativa de complementar a ideia tradicional de que especialmente as “metáforas”, a “intertextualidade”, entre outros recursos da língua, são mercedores da constituição dos discursos.

Cabe salientar que a noção de discurso deste trabalho está intimamente relacionada ao *uso e/ou práticas discursivas*. De tal forma, concebe-se o discurso como o resultado linguístico e, conseqüentemente, ideológico, dentro de uma esfera maior: *prática social*, com vistas à transformação social; em suma, “discurso como texto” (Fairclough, 2001, p.101).

Assim, a relação entre discurso e variação linguística numa perspectiva interacional, levando em consideração as relações de poder entre os interlocutores, foi a articulação teórico-metodológica tomada por esta pesquisa, que, não desmerecendo o conceito de “estilo formal” (Labov, 1972 [2008]), prioriza uma noção de discurso (in)formal e misto uma vez que percebe a materialidade (a forma) como intimamente ligada à constituição dos discursos, ou melhor, os comportamentos linguísticos do indivíduo dão ao seu discurso uma natureza (uso) essencialmente formal ou informal, sem reduzi-lo a um “tom” ou “estilo”. Nessa perspectiva, nega-se, portanto, a noção de assujeitamento da Análise do Discurso, visto que o sujeito tem consciência de seu comportamento (linguístico) mediante a estruturação de suas práticas discursivas.

Tendo como objeto de estudo *o comportamento linguístico como constituinte do discurso (in)formal ou misto* numa perspectiva interacional a partir dos postulados da ACD, esta análise considerou, entre os expoentes *diretamente relacionados ao tema*: Fairclough (2001), da Análise Crítica do Discurso; Goffman e Gumperz (2002), numa abordagem interacionista; e estudiosos *ligados às Ciências Humanas que trataram do estudo da linguagem visto que linguagem é um comportamento social e manifestação de poder* – Foucault (1996), da Filosofia; e Bourdieu (2008), da Sociologia. Dessa interação, buscou-se uma revisão do olhar dessas disciplinas para com a linguagem, ainda que timidamente, numa tentativa de situar a análise em questão. Assim, este trabalho tem como objetivo relacionar a contribuição dessas disciplinas na corroboração da relação entre discurso, poder, interação e variação linguística em textos escolares.

1. O linguístico na construção do discurso

Estilo formal *versus* estilo informal, variável formalidade e informalidade, ou ainda estilo mais monitorizado em oposição a estilo menos monitorizado, entre outras, são nomenclaturas próprias da linguística, mais especificamente da sociolinguística (Labov, 1972 [2008]). Essa variável normalmente está associada à ocorrência de uma variável linguística, como controladora de uma variante estigmatizada ou não.

Marcuschi (2008) bem como Bortoni-Ricardo (2005) chamam a atenção para o fato de que existe um *continuum*, respectivamente, entre oralidade e escrita e entre o uso de variantes linguísticas estigmatizadas e não-estigmatizadas. O autor traz uma abordagem voltada, em alguns de seus trabalhos, para a natureza intrínseca dos gêneros textuais, enquanto Bortoni-Ricardo (2005) busca uma sustentação na sociolinguística, em especial associada à etnografia

e/ou ao ensino. Porém esta seção trata da relação entre o discurso e variação linguística, uma vez que na origem da Análise do Discurso da linha francesa (mesmo sendo oposta à visão da ACD), mais especificamente no texto de Pêcheux (*apud* Malidier, 2003, p.11), a integração entre *linguística*, psicanálise e história constituía para essa disciplina a base da construção de seu objeto de estudo: o discurso.

O aspecto linguístico, todavia, não foi descartado da abordagem da Análise Crítica do Discurso numa nova perspectiva denominada de linha anglo-saxã:

Algumas das categorias [...] são orientadas [na abordagem de Fairclough] aparentemente para formas linguísticas, enquanto outras aparentemente são orientadas para o sentido. Entretanto tal **distinção é ilusória**, porque ao analisar textos sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado. (Fairclough, 2001, p.102, grifo nosso)

Para a AD, “as marcas formais, em si, *não interessam diretamente* ao analista. O que lhe interessa é *o modo como elas estão no texto*, como elas se ‘encarnam’ no discurso” (Orlandi, 2007, p. 90, grifo nosso). Assim, a Análise Linguística e a Análise do Conteúdo se propõem ao *produto* enquanto a AD, ao estudo do *processo*. De tal forma, a AD não se distancia da Argumentação no tocante ao recurso da linguagem para suas análises, ambas se utilizam de conceitos em comum como “metáfora”, “argumento de autoridade” e outros com nomenclaturas que aparentemente se equivalem, sem aprofundamento das respectivas teorias, como “alusão” (para a Argumentação) e “polifonia” ou “intertextualidade” para a AD: “a moderna análise do discurso chama [a alusão] de polifonia ou intertextualidade (Abreu, 2006, p.132). Assim, estudar a organização da argumentação e/ou persuasão bem como as variantes linguísticas (adequadas ou não ao contexto de uso) como um processo constitutivo do discurso (in)formal possibilitará perceber tais recursos linguísticos, além do estudo sociolinguístico, mas como uma *estratégia de uso da língua num processo de interação marcado pela relação de poder entre os interlocutores na constituição do discurso* que poderia se denominar discurso (in)formal.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1996, p.46) trata da relação íntima entre língua e pensamento. Para ele, “[o discurso] seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e *produzindo um efeito de sentido*” (grifo nosso). Nessa perspectiva, o discurso, além de tomado como processo, traz consigo a dupla possibilidade de a língua ser instrumento do pensamento ou de o pensamento estar limitado aos recursos da língua. De uma forma ou de

outra, Foucault chamou a atenção para a relação íntima entre língua e pensamento na construção do discurso.

Sobre a *relevância do signo e do outro*, Foucault chega à conclusão de que:

O discurso nada mais é do que *um jogo*, de *escritura*, no primeiro caso, de leitura, no segundo, e *de troca*, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (Foucault, 1996, p.49, grifo meu)

Por esse prisma, o autor, numa concepção de discurso como processo, classifica-o como “jogo”, hierarquizando em primeiro plano o aspecto formal; em segundo, a leitura ou interpretação que o outro faz do discurso; e, por último, mas reintegrando o segundo, Foucault classifica o jogo do *discurso como uma troca*. A ACD, por sua vez, intensifica a associação do discurso ao dialogismo/interacionismo, uma vez que traz à tona a discussão do papel do outro na construção do discurso:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. [...] [Entre as várias implicações] Isso [...] implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que *as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre o outro*, como também um *modo de representação*. (Fairclough, 2001, p.90-91, grifo nosso)

Rejeitada a noção de sujeito inconsciente e/ou deste acometido de esquecimento postulado pela AD, a ACD traz a concepção de sujeito transformador, capaz de mudar a sociedade e a si mesmo. Nessa perspectiva, pode-se trabalhar com a ideia de que o sujeito, num processo de interação, seleciona um comportamento linguístico que lhe parece adequado ao outro e à situação. Porém as escolhas sintáticas, lexicais, de estrutura, entre outras, parecem associar-se intimamente a uma “aparente dicotomia” proposta aqui como “*macros discursos*” em seus usos/materialidade: “*discurso predominantemente formal*” e “*discurso predominantemente informal*” (sendo, assim, o discurso, em seu uso/materialidade, *misto*), aos quais se estruturariam discursos outros, *subcategorizados*, que, por questão de situação, gênero textual escolhido etc., motivariam um comportamento linguístico do sujeito ora monitorado, ora não monitorado, ora misto. Essa classificação do discurso surge da noção da ACD de que “a prática social (*política, ideológica* etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto” (Fairclough, 2001, p.99, grifo nosso). Sendo as escolhas linguísticas constitutivas do evento discursivo, as práticas sociais e respectivas ideologias poderiam de tal forma ser constituídas – em sua materialidade – pelo discurso (in)formal ou

misto e *vice-versa*. Segundo a *concepção tridimensional de discurso* do autor, é no texto que se concentram/materializam as práticas discursivas e, numa dimensão maior, as práticas sociais (Fairclough, 2001, P.101), logo não estaria na variação e/ou nas escolhas linguísticas a essência do discurso?

O *discurso de posse* de um Presidente, dentro de uma assembleia composta por senadores e deputados se *filiaria ao “macro discurso formal”*, por levar em conta a situação (posse da Presidência da República), o gênero textual (discurso de posse), o público/“auditório particular” (Abreu, 2006, p.42) (diretamente, políticos), o “auditório universal” (Abreu, 2006, p.42) (indiretamente, o povo, a massa), a extensão (longo) etc. Exemplo do “mesmo discurso”, agora com um caráter “*eleitoral*”, foi aquele pronunciado pela Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no parlatório, em primeiro de janeiro de 2011, a um “auditório universal” imediato ou não formado pela massa. Foi um discurso fragmentado e sua linguagem totalmente simplificada, pois, entre outras variáveis, o discurso de posse passou a discurso meramente “eleitoral”, logo as condições discursivas ou pragmáticas do segundo discurso fizeram dele um “*discurso informal*”. Assim como o segundo discurso, normalmente em gêneros textuais como piada, conversa informal, bilhete, o discurso, seja ele, respectivamente, de humor, sexual ou profissional, reúne geralmente características formais (linguísticas) que fazem dele um discurso informal.

Classificando o discurso como formal, informal ou misto, esta abordagem não categoriza os discursos como um processo constitutivo de sentido, filiado a uma formação discursiva. O que se pretende com essa classificação é apenas demonstrar que os discursos, independentemente de sua “natureza ideológica”, possuem um comportamento linguístico que o fazem ora formais, ora informais, ora ambos. Assim, discursos ideologicamente políticos, religiosos, sexistas, entre outros, são assim classificados, embora possa haver o hibridismo deles, porque, em suas constituições, filiam-se a discursos anteriores perpetuando ideais e características estruturais em comum. Porém, “enquanto” texto (materializado), um discurso religioso ora pode ter natureza formal, ora natureza informal, uma vez que, ao constituírem-se como discursos, as alternativas linguísticas escolhidas também fazem parte do processo denominado discurso. Como tal, a materialização do pensamento num processo de interação verbal, nesta abordagem, verá o discurso como predominantemente (in)formal ou misto.

2. Comportamento linguístico e práticas sociais

Embora alguns pensadores estruturalistas e/ou nativistas tenham negado ou minimizado a relação entre língua e sociedade em seus estudos, com o advento da sociolinguística, e outras disciplinas ramificadas da linguística, este “desprezo” por essa relação foi paulatinamente se perdendo. Não é estranho, dessa forma, encontrar vários estudiosos questionando a redundância do termo *sociolinguística*, pois, de fato, a língua em si é um fenômeno também social.

Para Lyons (2009, p.238), “a linguagem é tanto um fenômeno biológico quanto cultural”, o que estreita ainda mais a relação entre língua e comportamento de um povo. Tal comportamento, porém, sofre condicionamentos, ou seja, obedece a convenções sociais e/ou culturais historicamente transmitidas aos falantes de uma língua. Portanto não é de se estranhar o interesse de sociólogos, filósofos, antropólogos, entre outros pesquisadores das Ciências Humanas, pelo estudo do comportamento linguístico do ser humano. Conseqüentemente, no estudo da linguagem surgem novas áreas hifenizadas, que, pelo constante uso dos termos e pelo crédito a elas atribuídos, perdem o hífen numa legitimação dessas novas disciplinas, a exemplo da *sociolinguística*.

Toda sociedade dita o comportamento daqueles que a compõem; o resultado, logo, é o que social e culturalmente diferencia um povo de outro, as regiões, ou até mesmo famílias de uma mesma comunidade. Com o comportamento linguístico não seria diferente. “No espaço da língua (como no dos jogos) uma sociedade explicita mais as regras formais de agir e os funcionamentos que as diferenciam” (Certeau, 1994, p.48). Desde a infância, as práticas do cotidiano em sociedade revelam à criança formas de pedir e, conseqüentemente, de ser ouvido e/ou atendido. “Muitas das práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo táticas. [...] Essas performances operacionais dependem de saberes muito antigos” (Certeau, 1994, p.47). Nessa perspectiva, o autor ratifica a necessidade de o indivíduo conhecer as convenções sociais legitimadas pela sociedade (comunidade) em que está inserido, pois, só dessa maneira, ele conseguirá ser aceito como membro desse espaço e, dessa forma, ser ouvido e/ou acreditado.

Cabe lembrar que Hymes (1966) propôs um novo conceito frente ao “uso contextualizado” de uma língua – o de *competência comunicativa*, “que é bastante amplo para incluir não só as regras que presidem a formação das sentenças, mas também as *normas sociais e culturais que definem a adequação da fala* [e da escrita]” (Hymes, 1966 *apud* Bortoni-Ricardo, 2004, p. 73, grifo nosso). Nesse âmbito, o autor deixa clara a imposição das

convenções sociais e culturais que devem ser obedecidas para que o falante seja reconhecido como competente. Falar (e escrever) é mais do que organizar signos linguísticos numa sequência lógica.

O conhecimento e o reconhecimento prático das leis imanentes de um mercado, e das sanções através das quais elas se manifestam, determinam as modificações estratégicas do discurso, quer se trate do esforço para ‘corrigir’ uma pronúncia desvalorizada em presença de representantes de pronúncia legitimada e, por extensão, de quaisquer correções tendentes a valorizar o produto linguístico mediante a mobilização mais intensa dos recursos disponíveis... (Bourdieu, 2008, p. 66)

Conhecer e reconhecer a aceitabilidade de um comportamento linguístico implica proximidade com a cultura do outro. No mercado escolar, por exemplo, espera-se por um “legado histórico”, que se utilize a variante de prestígio social, embora o dialeto culto não seja o vernáculo propriamente falado pela maioria dos nativos em situações naturais (Tarallo, 2007, p.19). Nessa perspectiva, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (Gnerre, 1985, p. 4). Dito assim, a variedade linguística não-culta e/ou não-padrão é desvalorizada, quando não discriminada, pois representa o falar daqueles que, em princípio, nasceram em localidades rurais e não alcançaram o nível superior. Em suma, a variedade linguística culta e/ou padrão é aquela “hipoteticamente” utilizada pela camada econômica e socialmente favorecida. Logo, investida desse poder, essa classe ao longo dos séculos impôs sua cultura erudita como oficial, ou, propriamente, como sinônimo de cultura, e, conseqüentemente, seu comportamento linguístico como superior (oficial) ao das camadas desfavorecidas da sociedade. Nesse sentido, Gumperz (2002, p.150) enfatiza a necessidade desses conhecimentos linguísticos frente à competência comunicativa em situações das práticas discursivas:

A diversidade linguística funciona como um recurso comunicativo nas interações verbais do dia-a-dia no sentido de que, numa conversa, os interlocutores – para categorizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguida – *se baseiam em conhecimentos e estereótipos* relativos às diferentes maneiras de falar. (grifo nosso)

Embora seja comum a discriminação até mesmo pelos professores, independentemente de sua origem, dos dialetos-não-padrão utilizados por seus alunos (Lyons, 2009, p. 214), na atualidade, Bortoni-Ricardo (2005, p. 175) chama a atenção para o avanço do olhar dos estudiosos da linguagem para a aceitação e o interesse pelo estudo da variação linguística,

uma vez que no passado ela fora considerada “uma ruptura da unidade do sistema”. Nas palavras da autora, essa variação cumpre duas finalidades: “(a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 175). Mesmo legitimada pelos especialistas da área, estudada nos cursos de Letras e figurada como componente curricular no ensino médio público e particular no Brasil, a variação linguística, ou o uso de dialetos diferentes em algumas práticas sociais (práticas discursivas), ainda encontra pouca aceitação pelos falantes nas práticas cotidianas.

Com base nessa discussão e relacionando variação linguística, discurso e prática social, tendo o *sujeito como consciente* de suas estratégias discursivas, a seção a seguir descreve o *corpus* desta pesquisa e as respectivas estratégias discursivas e/ou argumentativas que fazem dos textos analisados um gênero com características em comum que dão a eles o caráter de discurso formal, informal e, em poucas ocorrências, discurso misto.

3. Estratégias linguísticas, interação e a construção do discurso (in)formal

Os resultados expostos a seguir advêm da comparação de dez cartas, escritas por alunos, direcionadas a colegas da mesma sala de aula da 6ª série/7º ano de um colégio particular localizado na cidade de Conceição do Coité - BA. Além dessas cartas, os mesmos alunos escreveram, a pedido do professor de Língua Portuguesa, um número igual de cartas ao diretor de um *campus* universitário localizado na mesma cidade com a finalidade de solicitar à direção da faculdade a autorização para que os alunos pudessem utilizar o laboratório de informática daquela unidade de ensino. O objetivo da composição do *corpus* seria demonstrar as principais diferenças do comportamento linguístico e/ou estratégias discursivas mediante relação de poder e de interação em situações convencionalmente formais ou não.

Entre os três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso e as funções da linguagem classificados por Fairclough (2001, p.91-2), esta abordagem fará uso, respectivamente, das “relações sociais entre as pessoas” e da “função relacional”. Nesse sentido, Certeau (1994, p.40) destaca entre as quatro características do ato enunciativo, comuns “também em muitas outras práticas (caminhar, cozinhar etc.)”, o fato de que ele se estabelece num “contato com o outro (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações”. Essa rede de relações entre quem escreve e o destinatário, nesta pesquisa, envolve relações de poder ora aparentemente igualitárias (entre os colegas) ora de *status* de superioridade na relação entre o diretor do *campus* e os mesmos alunos supracitados. Essa relação de poder é evidente, pois as cartas

enviadas ao diretor têm como finalidade um pedido: nessa interação, *solicitar* hipoteticamente deixa o remetente em condição “inferior” socialmente perante o destinatário. Conscientes dos valores sócio-historicamente atribuídos a ambos os destinatários, os remetentes demonstraram comportamentos linguísticos e/ou discursivos eventualmente diferentes.

Por considerar a variável interlocutor (in)formal e (des)conhecido, as relações de poder entre eles, o tópico (assunto) e, principalmente, o valor atribuído às estratégias linguísticas/discursivas utilizadas nas cartas, este trabalho tomou também como abordagem teórico-metodológica a sociolinguística interacional associada à sociolinguística quantitativa, uma vez que, além da performance individual, o *comportamento coletivo* dos indivíduos quantificado indicaria, por meio das semelhantes estratégias escolhidas por eles, uma “*unidade discursiva*” quanto à forma. Assim, essas *estratégias discursivas em comum* (variedades linguísticas) caracterizariam aquilo que poderia ser chamado predominantemente de *discurso formal, informal* ou *misto*. Não se pode negar ou confundir tais conceitos com “enunciado individual” ou “ato estilístico” (Bakhtin, 2003, p.269), pois o que se pretende com esta análise é demonstrar que as metáforas, citações, saudações e despedidas tradicionais, algumas figuras de sintaxe, entre outros recursos da língua, estão no mesmo patamar da variedade linguística padrão no que diz respeito à construção do discurso formal bem como o uso de gírias, saudações, despedidas calorosas, variedade linguística não-padrão etc. fazem surgir do texto um discurso informal.

As estratégias linguísticas/discursivas controladas neste trabalho levaram em consideração: (a) o *nível de intimidade* (uso de diminutivos, aumentativos e superlativos; despedidas; pronomes de tratamento e de “relacionamento”: *você, tu ~ senhor*); (b) o *nível de tensão* (uso de gírias, *internetês*, abreviações, ortografia); (c) a *relação de poder* (imperativo ~ forma polida, com sentidos opostos); (d) a *marca de expressividade* (interjeições); (e) o *nível de monitoramento* quanto a variáveis linguísticas tidas como “legitimadas” (*nós ~ a gente; vou, verbo principal ou auxiliar, ~ irei* e variações sintéticas, equivalentes semanticamente).

Num controle apenas por percentagem – não desmerecendo, porém, a interferência de outras variáveis como gênero, classe social, entre outras comuns à abordagem sociolinguística laboviana, pois o que se busca com o resultado é uma tendência coletiva dos indivíduos –, o número de ocorrências contabilizadas *sem variação* (Tabela 1) e *com variação* (Tabela 2) ficou assim distribuído:

Aspecto	Carta ao colega Ocorrência/total Porcentagem	Carta ao diretor Ocorrência/total Porcentagem
Gírias, <i>internetês</i> , abreviações	60/63 95%	3/63 5%
Diminutivos, aumentativos, superlativos	3/3 100%	0/3 0%
“Erros” ortográficos	22/29 71%	9/29 29%
Interjeições	4/4 100%	0/4 0%

Tabela 1: Aspectos (mais) comuns ao discurso informal

Aspecto	Carta ao colega Ocorrência/total Porcentagem		Carta ao diretor Ocorrência/total Porcentagem	
	Variante padrão/formal - intimidade ou - polidez	Variante não- padrão/informal + intimidade ou + polidez	Variante padrão/formal - intimidade ou - polidez	Variante não- padrão/informal + intimidade ou + polidez
Imperativo ~ <i>por favor</i>	5/5 100%	0/5 0%	2/3 67%	1/3 33%
<i>Nós ~ a gente</i>	4/10 40%	6/10 60%	1/35 3%	34/35 97%
<i>Vou ~ irei e variações do mesmo tempo verbal</i>	21/27 78%	6/27 22%	3/19 16%	16/19 84%
Despedida formal ~ informal	8/8 100%	0/8 0%	1/10 10%	9/10 90%
Pron. de trat. e relaç.: <i>você, tu ~ senhor</i>	25/27 93%	2/27 7%	2/43 5%	41/43 95%

Tabela 2: Aspectos comuns ao discurso (in)formal

No cômputo de ocorrência *com variação* (Tabela 2), o perfil de monitoramento, de intimidade ou de polidez manifestado pelo comportamento linguístico dos alunos segue a mesma tendência da Tabela 1 (cujo cômputo, por exemplo, elencou, a título de esclarecimentos, apenas o número de ocorrências de palavras grafadas “incorretamente”, sem quantificar, todavia, aquelas escritas conforme a ortografia oficial). Nessa Tabela, o uso (quase) categórico de gírias, *internetês*, abreviações; de diminutivos, aumentativos,

superlativos; de “erros” ortográficos; e de interjeições é mais evidente na constituição do discurso informal. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.170-1, grifo nosso),

... os discursos estão submetidos a *regras de organização em vigor em uma comunidade* determinada, as dos múltiplos gêneros de discurso: *regras que recaem sobre o plano do texto* [...] Como todo comportamento social, [o discurso] é submetido a normas sociais muito gerais; por outro lado, como mostra a problemática das leis do discurso, a atividade é regida por normas específicas. *Cada ato de linguagem* implica, ele mesmo, normas particulares.

Essas regras de organização, no plano da materialização dos discursos, obedecem a regras que ditam um comportamento adequado do enunciador em relação ao contexto e/ou ao outro. Logo, nos *níveis de tensão* aqui recortados (1: uso de gírias, *internetês*, abreviações; 2: ortografia), fica evidente como o emissor se utiliza de 95% de expressões tradicionalmente tidas como informais; no nível 2, das 29 ocorrências de desvios ortográficos, 71% deles se manifestam no discurso informal (cabe lembrar que discurso em toda análise equivale a texto e/ou uso da linguagem), embora se deva salientar que no discurso formal essa predisposição seria mais natural, visto que o repertório linguístico exigido socialmente, algumas vezes utilizado na carta ao diretor, seria pouco comum àquele utilizado pelos alunos em suas práticas discursivas orais e escritas, como “solicitar”, “autorizar”, “cordialmente”, “profissionais”, “atenciosamente”, “excelência”. O mesmo procedimento tiveram os alunos quanto ao uso das *marcas de expressividade* (interjeições), uma vez que 100% delas ocorreram apenas nas cartas dirigidas aos colegas de sala (discurso predominantemente informal).

Entre as cinco características elencadas por Leite (2009, p. 118, grifo nosso) a respeito do gênero carta pessoal, a autora cita o fato de que “d) [...] ela [a carta] se realiza por meio de *uma linguagem comum*; e) indefinida quanto à norma linguística, pois *é um gênero que ‘aceita’ qualquer norma, a depender das possibilidades do usuário*”. É preciso que o aluno se iguale aparentemente através da linguagem, como estudioso e, conseqüentemente, como conhecedor do discurso educacional, para que o diretor leia com interesse e respeite sua carta. Marcuschi (2008, p.38, grifo nosso), sobre o mesmo gênero, destaca que “há gêneros que se aproximam mais da oralidade pelo tipo de linguagem e pela *natureza das relações entre os indivíduos*, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais. Isso não ocorre no caso das cartas comerciais ou cartas abertas”. Dito dessa forma, tanto Leite quanto Marcuschi ressaltam a interferência da oralidade no gênero carta, em análise. Porém, mais do que as características intrínsecas a esse gênero textual, a “interferência da oralidade” parece mais motivada pela

“natureza das relações entre os indivíduos” e dos tipos de discursos, já que, entre as variáveis controladas neste trabalho para averiguar o *nível de monitoramento coletivo* da amostra, ficou evidente que o conhecimento ou a avaliação da variante culta “nós” predominou nos textos escritos ao diretor, com 97%, em oposição aos 60% das ocorrências contabilizadas nas cartas aos colegas. Sobre essa constância no uso do “nós” em ambos os discursos, Fairclough (2001, p.124) salienta que “a ordem do discurso rearticulada é contraditória: elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários [...] o pronome ‘nós’ coexiste com o uso de ‘você’ como pronome indefinido”. Quanto ao uso da expressão “vou”, seja como verbo pleno, seja como auxiliar em equivalência semântica a “irei” (“irá”, “iremos” etc.), o mesmo monitoramento se destaca em relação às cartas cujo destinatário era o diretor (84% de uso da *construção sintética* indicando futuro em oposição a 16% da escolha de “vou”). Nas cartas direcionadas aos colegas, o índice foi menor na utilização da estratégia sintética (78%) em contraste com os 22% de escolha do “vou”.

A interferência das “relações entre os indivíduos” é mais evidente ainda quando o cômputo se desloca da espera das escolhas especificamente morfológicas para a utilização do léxico ou até mesmo da morfologia comprometida com o *nível de intimidade entre os interlocutores*, pois 90% das estratégias de despedida direcionadas ao diretor tinham natureza pouco íntima: “atenciosamente” (6); “cordialmente” (2); “agradecido” (1); e apenas uma ocorrência registrava um pouco mais de intimidade: “abraços”. Registraram-se também 95% de pronomes de tratamento de natureza não-íntima no discurso formal. Já o caráter informal do discurso se revela, sobretudo, no uso de 100% de aumentativo, diminutivo e superlativos apenas nas cartas aos colegas.

Morato (2007, p. 347) salienta que “as situações ou práticas com a linguagem não apresentam o mesmo grau de interatividade”. Independentemente de a que gênero textual esteja se relacionando tal afirmação, como bate-papo em oposição a uma conferência (pouco interativa), por exemplo, o nível de interação pode ser motivado também pela *relação de poder ou intimidade* entre os interlocutores. Como último dado da análise, o uso do modo imperativo (em oposição a expressões polidas como, “por favor” ou até mesmo do imperativo com um tom mais educado) apresentou um número categórico de 100% nas cartas escritas aos colegas. Porém esse número se reduz a 67% quando o interlocutor é alguém de *status* social relevante como o diretor de um *campus* universitário e é desconhecido do remetente. Não se pode negligenciar tampouco o fato de que o teor da correspondência seja um pedido.

Em uma das cartas, porém, um número significativo de elementos que são tidos como formais e/ou padrão compuseram a carta ao colega. Todavia o texto da carta trazia

xingamentos como “viado” etc. Fica evidente, assim, que nem só o gênero textual manipula o comportamento linguístico de um enunciador mas também sua necessidade de distanciamento mediante um discurso constituído ora por formalidade, ora por desprezo etc. Erving Goffman (2002, p. 13) ressalta a importância de considerar-se a situação social (contexto) como determinante na *interação entre as pessoas*. O importante para a análise do comportamento linguístico, nessa nova abordagem, não é a variável em si (gênero, idade, escolaridade, condição social etc.), mas, principalmente, o reconhecimento dos *valores sociais* que ela tem, sendo de tal forma ‘*manipuladores*’ da *relação entre os interlocutores no ato da comunicação*.

Considerações finais

Ao controlar e analisar algumas variações linguísticas e outros elementos dos textos da amostra, este trabalho buscou relacionar comportamento linguístico, discurso, relação de poder ou interação para tratar de variáveis comuns, sobretudo, aos estudos sociolinguísticos. Porém essa abordagem associada a noções e/ou conceitos do discurso (como uso da linguagem, texto) não se propôs apenas à mudança de nomenclatura: estilo (in)formal por discurso (in)formal. Trata-se, principalmente, de uma questão conceitual, uma vez que o estilo não está para o discurso, mas é parte intrínseca dele.

“A linguagem não está ligada à ação ou ao outro, ela é a própria ação. A linguagem incorpora o outro e as circunstâncias sociais da interação com seus elementos constitutivos” (Morato, 2007, p. 340). Por ser “a própria ação”, a linguagem (variação linguística, enquanto tal) está intrinsecamente ligada ao processo denominado discurso. Portanto a variação linguística, assim como as metáforas, citações, figuras de sintaxe etc. (já estudadas, em especial, pela AD e pela Argumentação), é tão significativa quantos estes últimos na constituição dos discursos.

Neste trabalho, ficou comprovada a relação entre variação linguística e/ou escolhas lexicais e interação como manipuladora dos comportamentos linguísticos dos informantes na *constituição formal* do discurso (in)formal ou misto, uma vez que essas escolhas têm previamente uma avaliação da sociedade e produzem sentidos e/ou efeitos distintos conforme a organização do discurso pelo sujeito dentro de suas práticas sociais.

Referências

- ABREU, A. S. *Arte de argumentar: gerenciando razão e emoções*. 9 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução, introdução: Paulo Bezerra; prefácio: Tzvetan Todorov. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução, prefácio: Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: sociolingüística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komessu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: I. Arte de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: GARCEZ, P. M.; RIBEIRO, B. T. (Org.). *Sociolingüística interacional*. Tradução: Beatriz Fontana et al. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In: GARCEZ, P. M.; RIBEIRO, B. T. (Orgs.). *Sociolingüística interacional*. Tradução: Beatriz Fontana et al. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GNERRE, M.. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LEITE, M. Q. *A carta pessoal: metodologia e análise*. In: GIL, B. D. et al. *Modelos de análise lingüística*. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução: Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Tradução: Marilda Winkler Averborg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 311-352, v. 3.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimento*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

Enviado para publicação em maio de 2011.

Aceito para publicação em novembro de 2011.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.